



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos –PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



COOPERATIVISMO E EMPRESA PRIVADA
Fatores que influenciam e levam ao desenvolvimento humano

COOPERATIVE AND PRIVATE COMPANY
Factors that influence and lead to human development

Sebastião de Sousa Teles
Bacharelado em Administração
desousateless@yahoo.com.br
Universidade Federal do Piauí-UFPI

Mauro Ezildo da Silva Oliveira
Bacharelado em Administração
maurezildo@hotmail.com
Universidade Federal do Piauí-UFPI

Douglas Moraes Bezerra
Mestre em Administração
moraesbd@hotmail.com
Universidade Federal do Piauí-UFPI

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

T269c Teles, Sebastião de Sousa.

Cooperativismo e empresa privada fatores que influenciam e levam ao desenvolvimento humano / Sebastião de Sousa Teles, Mauro Ezildo da Silva Oliveira. – 2014.

CD-ROM : il.; 4 ¼ pol. (20 f.)

Monografia(Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2014.

Orientador(A): Profa. Msc. Douglas Moraes Bezerra.

1. Desenvolvimento Humano. 2. Empresa Privada.
3. Cooperativa. I. Oliveira, Mauro Ezildo da Silva. II. Título.

CDD 658



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cicero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



**PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO
DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Mauro Ezildo da Silva Oliveira
Sebastião de Sousa Teles

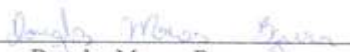
COOPERATIVISMO E EMPRESA PRIVADA
Fatores que influenciam e levam ao desenvolvimento humano

A comissão examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o discente como:

- Aprovado(a)
 Aprovado (a) com restrições
 Restrições sugeridas
 Restrições obrigatórias

Observações: A nota será condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugeridas pela banca e acordada nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 14 de JANUÁRIO de 2015


Douglas Moraes Bezerra


Kary Emanuelle Reis Coimbra


Gustavo Picanço Dias

RESUMO

O desenvolvimento humano está diretamente ligado ao bem estar social e a ampliação das escolhas das pessoas. O trabalho trata-se de uma das principais formas para alcançar o desenvolvimento humano, pois o mesmo está diretamente ligado ao fator econômico e bem estar social, baseando-se nisso existem duas visões a respeito de instituições que influenciam na qualidade do trabalho e conseqüentemente no desenvolvimento humano, a visão liberalista que defende a empresa privada como fomentadora da liberdade humano e desenvolvimento econômico e visão socialista ou comunista, que faz uma crítica a propriedade privada e encima disso estabelece a cooperativa, comandada por trabalhadores, como a única instituição capaz de melhorar a qualidade do trabalho, o bem estar social e conseqüentemente o desenvolvimento humano. Tem em vista isso o presente estudo pretende fazer um ensaio teórico e abordar as duas visões, liberalista e socialista, sobre desenvolvimento humano, e em cima disso defender a instituição cooperativa como a única organização capaz de levar ao desenvolvimento humano.

Palavras - Chave: desenvolvimento humano, empresa privada, cooperativa, trabalho.

ABSTRACT

Human development is directly connected to social welfare and the expansion of people's choices . The working it is one of the main ways to achieve human development , because it is directly linked to economic factors and social welfare , based on that there are two views about institutions that influence the quality of work and consequently in human development , the liberal view that holds the private company as a sponsor of human freedom and economic development and socialist or communist vision , which makes a critical private property and on top of that establishes the cooperative , led by workers , as the only institution able to improve the quality of work , social welfare and thus human development. Is intended that this study intends to make a theoretical test and address the two views , liberal and socialist, on human development , and on top of that defend the cooperative institution as the only organization capable of human development.

Keywords: human development, private, cooperative, work.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano é muito abordado ultimamente. Por isso é importante que conhecer qual o seu conceito e saber quais fatores levam a obtenção do mesmo. O presente trabalho científica tem como foco discutir o que é desenvolvimento Humano na visão de varias instituições como: como Pnud, Oit, Cepal, Onu e União Europeia, saber como essas organizações conceitue o mesmo. Além disso pretende estudar a visão liberalista que defende a propriedade privada, dando ênfase a autores como Friedman, Hayek, Smith e Bresser-Pereira e a visão socialista ou comunista que faz uma crítica ao pensamento liberal, Codó, Carcanholo, Marx e Engel e a partir dessa critica autores como o Conde de Saint-Simon, Owen, Fourier e Singer defende o modelo cooperativista como único capaz de levar benefícios sociais, qualidade do trabalho e consequentemente desenvolvimento humano. Essas duas instituições, cooperativa e empresa privada, existem na sociedade de forma abrangente e que influentes na vida das pessoas, por isso se faz necessário fazer uma reflexão a respeito de qual das duas organizações mais influenciam as pessoas a alcançarem desenvolvimento humano.

Para o Pnud (2014), o desenvolvimento humano pode ser conceituado como algo ou um processo que possibilita as pessoas poderem alcançar aquilo que almejam, ou seja, o desenvolvimento humano é uma ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser.

A Pnud (2014) afirma que o trabalho é uma forma de subsistência, sendo que o mesmo fortalece as agencias humanas e permite o estabelecimento de conexões sociais relevantes, além do mais tem o poder de proporcionar segurança às famílias e comunidades, sendo que:

O trabalho digno, prestado contra o pagamento de um salário razoável e com a concessão formal de um contrato que previne o despedimento abrupto e é fonte de direitos em sede de segurança social, pode reduzir enormemente a vulnerabilidade do assalariado, ainda que tal efeito seja menor em situações de recessão (PNUD, 2014, p13).

A Pnud (2014) defende ainda que o trabalho é uma das principais fontes de segurança das pessoas, o emprego fornece e mantém subsistência para as mesmas, porém é importante reduzir a sua vulnerabilidade por meio de acesso a empregos dignos, como necessária para a proteção social.

A Declaração dos Direitos Humanos estabelece no artigo 23 diretrizes que devem nortear o trabalho humano, nele a Onu (1948) defende que:

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Todo ser humano que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.

O Desenvolvimento Humano preocupa-se com a qualidade de vida das pessoas, no entanto há sempre a preocupação na qualidade do trabalho, pois o mesmo exerce uma forte influencia na vida do ser humano. Existem dois tipos principais de organização do trabalho, trata-se das Cooperativas e das Empresas privadas.

Enquanto a cooperativa esta ligada a filantropia entre seus participantes e desenvolvimento comum de todos de forma cooperada, a empresa privada tem cunho mais individualista baseando-se nos princípios do liberalismo econômico e defesa da propriedade privada.

O cooperativismo basicamente foi defendido e difundido no início pelo socialistas utópicos, dando ênfase ao comerciante francês Charles Fourier, que apesar de ser um burguês o mesmo foi um defensor do pensamento socialista utópico. Pinto (2009) ele defendia o cooperativismo como uma solução para a melhoria das condições de vida e trabalho dos proletariados. Acreditava que com a criação de associações e cooperativas pelos trabalhadores, a produção partilhadas por todos seria uma forma de melhor distribuição de renda e consequente melhoraria as condições de vida e trabalho da classe proletária. Fourier era um crítico da sociedade burguesa, que separava o trabalho do prazer.

A empresa privada baseia-se nos princípios do pensamento liberal, e na defesa da propriedade privada. Para Lima (2005) O liberalismo econômico tem como princípios fundamentais a Liberdade, Tolerância, Defesa da Propriedade Privada, Limitação do poder e Individualismo. Teve inicialmente como objetivo atender às necessidades de uma classe que passou a se constituir como tal nos fins da Idade Média, a burguesia. A origem do Liberalismo não tem uma data definida, pode-se dizer que seu nascimento se deu no processo de transição do feudalismo para o capitalismo.

Segundo Mello (2004), O primeiro teórico liberal, John Locke, afirmava que a terra foi dada por Deus em comum a todos os homens. Ao incorporar seu trabalho à matéria bruta que se encontrava em estado natural, o homem tornava a sua propriedade privada, estabelecendo sobre ela um direito próprio do qual estavam excluídos todos os outros homens. O trabalho é visto, na concepção de Locke, como o fundamento originário da propriedade.

5 METODOLOGIA

Neste parte será abordado os principais métodos e procedimentos que foram empregados na investigação do problema estudado.

5.1 Características da Pesquisa

O propósito deste trabalho é fazer um julgamento das ideias, sendo assim as mesmas serão úteis e importante fator para o resultado da pesquisa.

A pesquisa pode caracterizado como bibliográfica, pois procurar saber a o conceito de desenvolvimento humano, e a visão dos mais diversos autores sobre propriedade privada, baseada no pensamento liberal e cooperativismo, dando ênfase a pensadores socialista. Afim de coletar dados a partir de registro documentais, recolhendo analisando e interpretando as contribuições teóricas já existentes sobre os diversos aspectos que englobam a contribuição da cooperativa e da empresa privada para o desenvolvimento humano.

No que diz respeito a seu enfoque, esta pesquisa se classifica como qualitativa, pois a mesma dá ênfase àquilo que não pode ser quantificado. Para Minayo (2000):

A pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos A operacionalização das variáveis.(MINAYO, 200, P.21)

Para Cavalcanti (1995, p.287) "o método de pesquisa qualitativa propõe que o investigador veja o mundo através dos olhos dos atores sociais que o integram, e dos significados que estes atribuem As situações sobre as quais agem".

A análise de dados fundamenta-se num conjunto de instrumentos metodológicos, que asseguram a objetividade, sistematização e influência aplicada aos discursos diversos.

A análise de dados será utilizada para estudar e analisar material qualitativo, procurando uma melhor compreensão, a fim de aprofundar suas características gramaticais, além de extrair os aspectos mais relevantes.

Segundo Cervo e Bervian (1983), "[...] sem a análise, todo o conhecimento é confuso e superficial; sem a síntese, é fatalmente incompleto".

2 DESENVOLVIMENTO HUMANO

Para se estudar desenvolvimento humano é preciso antes saber qual o seu conceito, por isso neste capítulo pretende-se saber qual o conceito de desenvolvimento e quais fatores influenciam o mesmo.

Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o desenvolvimento humano como algo diferente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, o enfoque de desenvolvimento humano busca olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades, a renda não deixa de ser importante para o desenvolvimento humano, porém sua finalidade é outra. Procura-se entender os fatores que influenciam a qualidade de vida, como por exemplo o trabalho.

O conceito de Desenvolvimento Humano, de acordo com a Pnud (2013), também parte da hipótese de que para medir o avanço na qualidade de vida da população é preciso pensar além do contexto econômico e considerar outras características como: sociais, culturais e políticas que influenciam diretamente na qualidade da vida humana. A partir desses conceitos a PNUD elabora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), que é publicado anualmente, para avaliar o nível de desenvolvimento humano mundial.

Nessa mesma direção para o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, o desenvolvimento humano é visto como um processo de ampliação das liberdades das pessoas, no que se referem as suas capacidades e as oportunidades que estão a sua disposição, para que as mesmas possam escolher a vida que desejam ter.

Segundo o Atlas (2013), a expansão das liberdades humanas, envolve vários elementos como: as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais a fim de garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, assim como um ambiente adequado para que cada indivíduo possa exercer em plenitude seu potencial. Por isso, o desenvolvimento humano deve estar concentrado nas pessoas e conseqüentemente na ampliação do seu bem-estar, este compreendido não como um acúmulo de riquezas e aumento da renda, mas como uma forma de ampliar o escopo de escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher.

Nesse sentido, o crescimento econômico de uma sociedade não pode ser traduzido em qualidade de vida, pois o que acontece muitas vezes é o aumento das desigualdades sociais. Para que possa acontecer desenvolvimento humano por meio do crescimento econômico é preciso que este seja transformado em conquistas sólidas para as pessoas, como: crianças mais

saudáveis, educação universal e de qualidade, ampliação da participação política dos cidadãos, preservação ambiental, equilíbrio da renda e das oportunidades entre toda a população, maior liberdade de expressão, dentre outras.

No que diz respeito a fatores econômicos o Atlas (2013), disponibiliza alguns índices que servem para medir o desenvolvimento humano. Nessa plataforma estão presente os seguintes indicadores: a) Renda, que leva em conta nível/composição, pobreza e desigualdade; b) Trabalho, Ocupação/desocupação, características dos ocupados, posição na ocupação, escolaridade, setor e rendimento; c) Vulnerabilidade, situação das mulheres, das crianças, da educação, do trabalho e renda, da habitação e da democracia. Esses indicadores trata-se apenas de alguns índices que servem para medir o grau de desenvolvimento humano, que levam em conta fatores econômicos.

Segundo um relatório divulgado pela CEPAL, PNUD e OIT(2008), intitulado de “Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente”, o desenvolvimento humano é voltado para a geração de emprego e renda de qualidade, Todas as oportunidades que constituem o desenvolvimento humano são importantes, incluindo as liberdades de ir e vir, liberdade de expressão, as oportunidades de acesso a serviços básicos como educação e saúde, oportunidade de acesso à moradia digna, como água potável e saneamento básico, dentre outras. O presente relatório afirma ainda que somente o acesso ao trabalho decente pode permitir que o crescimento econômico possa ser visto como desenvolvimento humano.

Ainda segundo o relatório da CEPAL, PNUD e OIT(2008) se a expansão da economia não gerar emprego descente, conseqüentemente esse desenvolvimento não resultará em desenvolvimento humano, por isso é preciso que o crescimento da economia gere empregos de qualidade com proteção social e respeito às leis trabalhistas, fazendo com que as pessoas sejam partes integrantes da sociedade.

A União Europeia (UE), por meio dos seus tratados consagra como valores fundamentais a dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e o respeito aos direitos humanos. Esses valores foram reforçados por meio da Carta dos Direitos Fundamentais, que se trata de um documento criado no ano de 2000 pelo conselho europeu na cidade de Nice, na França, tendo como função a criação de diretrizes ou recomendações sobre os direitos humanos. A mesma foi dividida em 7 capítulos a saber: Dignidade, Liberdade, Igualdade, Solidariedade, Cidadania, Justiça e Disposições Gerais. Todos os países membros ou futuros entrantes devem respeitar os direitos humanos. No que tange ao âmbito de sua política os direitos humanos celebrados pela UE, são: a procura pelo respeito dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais; busca pela promoção dos direitos das mulheres, das crianças, das minorias e das pessoas deslocadas; é contra a pena de morte, a tortura, ao tráfico de seres humanos e a discriminação de qualquer forma; procura defender a natureza universal e indivisível dos direitos humanos no quadro de uma parceria plena e ativa com os países parceiros, as organizações internacionais e regionais e os grupos e associações a todos os níveis da sociedade.

No que se refere à proteção dos direitos fundamentais, a EU estabelece que estes sejam garantidos a nível nacional pelos sistemas constitucionais de cada país membro, por meio da Carta dos Direitos Fundamentais da UE, que foi adotada em 2000 e vinculativa para os países membros desde 2009. Por terem passado por tribunais nacionais, todos cidadãos dos países membros podem, em última instância, interpor recurso junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

O Relatório anual da UE (2012), afirma que a comunidade europeia busca a promoção dos direitos humanos pelo mundo. Os direitos humanos assumem, dentro da União Europeia, uma

das formas principais de relações institucionais com outros países e regiões. Por meio dessas políticas de direitos humanos busca-se o combate à pobreza e a resolução de conflitos. Todos os acordos comerciais ou de cooperação com outros países não pertencentes a União Europeia possuem uma cláusula de direitos humanos. Esta cláusula estipula que os direitos humanos são um elemento de suma importância para relação entre as partes. A União Europeia já impôs sanções a Bielorrússia e ao Irã, devido a violações a direitos humanos. A União Europeia participa dos diálogos sobre os direitos humanos com mais de 40 nações, a Rússia, China e a União Africana. Todas as atividades praticada pela UE nessas nações são divulgadas anualmente por meio de relatórios anual.

Percebe-se as varias instituições que debatem direitos humanos se preocupam com qualidade vida das pessoas, observa-se que o trabalho esta diretamente relacionado as esses fatores que influenciam na busca pelo desenvolvimento humano. É por meio dele que o indivíduo podem interagir e viver em sociedade, a qualidade do trabalho influencia diretamente no seu bem estar sócial. Um trabalho digno e descente deve ser priorizado e respeitado, só assim se consegue almejar um alto grau de desenvolvimento humano para as pessoas.

3 DESENVOLVIMENTO HUMANO: DESAFIOS NA SOCIEDADE CONTEPORÂNEA

3.1 Empresas Privada como promotora do desenvolvimento humano.

Nesse capitulo será discutido a visão liberalista de desenvolvimento humano, defende o capitalismo e o direito a propriedade privada, como a única ferramenta ampliar a liberdade das pessoas, sendo que essa liberdade leva a conquistas fundamentais para o homem, como desenvolvimento econômico.

O direito a propriedade privada esta presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos no artigo 17. Afirma que todo homem tem o direito á propriedade privada, tanto só ou em sociedade com os outros, sendo que ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

De acordo com Silveira (2007), o Estado Moderno se deu a partir das Revoluções Burguesas, o mesmo passa a assumir formas peculiares de existência, responde a características intrínsecos a contextos históricos, sociais, políticos e econômicos, o Estado moderno, Capitalista, busca estabelecer duas formas principais, a Existência de um Estado Liberal e um Estado que busque o bem-estar social

Segundo Padilha (2004), apud Silvera (2007):

O liberalismo clássico é uma mistura de idéias e estratégias sobre como conquistar e defender a liberdade. O valor do ser humano individual é exaltado de forma que esse liberalismo comprometia-se a defender a liberdade e a igualdade de direitos para todos os indivíduos gozarem dos mesmos privilégios (Padilha, 2004, p.69).

Adam Smith, que fora representante do chamado neoliberalismo econômico, para Lima (2005) Smith afirmava que cada homem é adequado a julgar seus atos, defendia que os homens têm propensão natural para a troca e ainda acredita que o a principal função do Estado é o de proteger e defender as atividades espontâneas das pessoas. Defendia se uma sociedade for bem administrada sua a riqueza universal chega até as camadas baixas da população. O mesmo debateu sobre a divisão do trabalho, porque o contexto no qual estava inserido lhe

permitia falar de um trabalho socialmente dividido, baseado no contrato de patrão e empregado. Para ele o primeiro e principal projeto de cada sistema de governo é manter a justiça, com isso deveria impedir que os membros da sociedade invadam a propriedade do outro ou peguem para si aquilo que não lhes pertence, roubo. O mesmo tinha com intenção fazer com que o Estado desse posse segura e pacífica da propriedade privada aqueles que a possuísem.

Adam Smith defende que o crescimento econômico só acontece se a liberdade humana for respeitada, segundo Powidayko (2012), ele afirmava que se num ambiente o cidadão for livre, e consequentemente sua livre ação predomina, a produtividade passa a ser o principal determinante do crescimento econômico.

O Filósofo e economista Armen A. Alchian, de acordo com Melnik (2009) afirmava que a propriedade privada quando é executada vigorosamente possui características importantes que vão além do direito exclusivo de escolha e utilização de um recurso, como tirar proveito dos recursos da mesma. Afirma também que o direito sobre a propriedade privada é fator que possibilita com que as pessoas não venham a utilizar da força ou recorrer à violência para garantir as necessidades e desejos pessoais.

Muitos autores e pensadores liberais consideram a propriedade privada como um ponto central para se garantir a liberdade, sendo que propriedade e liberdade andam de mãos dadas. Um desses autores é Friedrich A. Von Hayek, que segundo Melnik (2009), ele afirma que a propriedade é uma forma de garantia da liberdade. Para ele, essa geração tem esquecido que o sistema de propriedade privada é a garantia mais importante de liberdade não só para aqueles que possuem bens, mas também, para aqueles que não possuem. Hayek correlaciona a defesa da propriedade privada como uma forma de se conseguir a paz e solucionar os conflitos de forma pacífica, ele afirma ainda que o direito, a liberdade e propriedade, são uma trindade inseparável.

De acordo Stewart (1995), liberalismo antes de tudo é liberdade, ou seja, uma ausência de coerção de indivíduo sobre indivíduo. Ninguém pode recorrer a força para obrigar o outro a praticar algo que não deseja. Um sistema baseado na liberdade permite uma maior produtividade do trabalho humano, portanto é interesse de todos os habitantes do mundo.

O Neoliberal Milton Friedman, em seu livro *Capitalismo e Liberdade*, defende que a liberdade é consequência do capitalismo e das instituições mercantis. O mercado é um componente direto da liberdade e depois a relação indireta entre organização do mercado e liberdade política, ou seja, o mercado torna a sociedade livre por meio do desenvolvimento econômico, a renda das pessoas aumentam e as mesmas as tornam-se livres, assim sentem-se felizes e humanamente desenvolvidas.

Friedman (1984), afirmava que o sistema capitalista leva a menos desigualdades sociais se for comprado a outras organizações:

É que o capitalismo leva a menos desigualdade do que os sistemas alternativos de organização, e que o desenvolvimento do capitalismo diminui sensivelmente a extensão da desigualdade. Comparações em termos de espaço e tempo confirmam tal afirmação. (Friedman, 1984, p88)

Benjamin Constant é outro autor que trabalha Liberalismo como agente das liberdades individual, de acordo com Ghelere (2008), Constant defendia o direito do homem de se submeter se não as leis. Cada homem tem o livre arbítrio de expressar sua opinião. Não precisa de permissão para dispor do seu direito de propriedade privada, até de abusar dela, se reunir com outras pessoas para discutir ou prestar culto sem ser impedido. Constant debate a respeito do comércio como fator para se conseguir a independência individual, na sua teoria Liberal.

Richard Pipes, Outro autor que defende o direito propriedade, tem como base para sua defesa evidências históricas, segundo Melnik (2009) ele afirma que o direito da propriedade privada não garante direitos e propriedades civis. No entanto o mesmo faz uma ressalva afirmando que o direito de propriedade foi o único dispositivo eficaz capaz de assegurar o direito e a liberdade civil, por isso nem o Estado nem a sociedade pode se usurpar desse direito. Adverte ainda que o enfraquecimento desse direito por meio da distribuição de riquezas para fins de bem-estar social e de interferências nos direitos contratuais por causa de direitos Civil é o fator que prejudica a liberdade principalmente nas democracias mais avançadas, mesmo que a paz, a acumulação de riqueza e outros procedimentos democráticos passe a impressão de que tudo está bem.

Até esse momento percebe-se que no pensamento liberal, a liberdade é o fator principal que causa o bem esta das pessoas, o sistema capitalista, por intermédio da propriedade privada, passa a ser o que sustenta e garante a liberdade das pessoas. A partir de agora passara a discutir a propriedade privada como fomentador do desenvolvimento econômico, sendo que esse é o que leva ao desenvolvimento humano.

Bresser-Pereira (2008), afirma que o desenvolvimento econômico imagina uma modelo de sociedade capitalista organizada na forma de um estado-nação, onde existem empresários e trabalhadores, lucros e salários, acúmulo e capital e desenvolvimento técnico. Trata-se um mercado que coordena o sistema econômico e um estado regulando esse mercado e complementando sua ação coordenadora.

Segundo Bresser-Pereira (2008), o desenvolvimento humano só acontece por meio do desenvolvimento econômico, este é proveniente do capitalismo. Para ele o desenvolvimento humano só se realiza quando um povo ou conjunto de povos, por meio de uma revolução capitalista cria uma nação que logo se dota de Estado e conseqüentemente passa a buscar melhorias para a sua qualidade de vida. Em outro artigo intitulado de “Crescimento e desenvolvimento econômico” ele afirma que o desenvolvimento de um país, estado ou nação esta diretamente relacionado ao acúmulo de capital, a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital, isso leva a uma alta produtividade, aumento dos salários e do padrão médio de vida da população, para se medir o desenvolvimento econômico é preciso levar em conta o aumento da renda por habitante, sendo que esta mede aproximadamente o aumento geral da produtividade.. O mesmo ainda faz um paralelo entre desenvolvimento economia e humano:

Entendido o desenvolvimento econômico como uma das formas que assume o desenvolvimento humano, talvez seja possível conciliar sem confundir a abordagem histórica e a normativa do conceito de desenvolvimento econômico.(Bresser-Pereira, 2008, p10)

Bresser-Pereira (2008) assegura que desenvolvimento humano se trata da somatória entre desenvolvimento econômico, político, social e auto-sustentavel, o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) só foi criado por que houve uma preocupação com um desenvolvimento econômico que excluísse os demais objetivos sociais. “Desenvolvimento simplesmente e desenvolvimento humano seriam, portanto, expressões sinônimas”. Os Países busca ao máximo o desenvolvimento econômico, por meio de fóruns como Organização Mundial do Comércio e outros defender suas empresas, pois somente com elas os mesmos conseguem alcançar o tão deseja econômico e conseqüentemente desenvolvimento humano, pois as duas palavras são sinônimas.

Segundo Furtado (2004) apud Bresser-Pereira (2008):

Crescimento econômico, tal como o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social subjacente. (Celso Furtado, 2004, p.484)

Para comentar sobre a discrepância entre o acúmulo de riqueza e distribuição de renda, Bresser-Pereira (2008) argumenta que “o aumento dos padrões médios de vida, que sempre ocorre como aumento da produtividade ou o ‘desenvolvimento econômico’, deve ser acompanhado por uma melhor distribuição de renda, que seja justa de acordo com o “produto social”.

Bresser-Pereira (2006) afirma que o desenvolvimento econômico é consequência de um fenômeno histórico nos países ou estados-nação que passaram por uma revolução capitalista, essa revolução caracteriza por um aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante que tem como consequência um processo de acumulação de capital. O texto afirma ainda que dois fatores influenciam diretamente o desenvolvimento econômico: a taxa de acúmulo de capital em relação ao produto nacional e a capacidade de incorporação de progresso técnico à produção.

Os principais autores liberais defendem que a propriedade privada é a base da sociedade que possibilita a liberdade individual. A propriedade privada permite o advento das cidades, da segurança, da qualidade de vida e conseqüentemente do bem estar social. O liberalismo permite, no pensamento liberal, o aumento das liberdades humanas, a liberdade dignifica o ser humano, cria condições para viver em sociedade forma livre e segura. O estado atual foi formado a partir de ideais liberais. Autores como Bresser-Pereira, defendem que o desenvolvimento econômico, percebido nas sociedades capitalistas, é sinônimo de desenvolvimento humano. Na própria declaração dos Direitos Humanos esta expressa o direito a propriedade privada. Constant defende o liberalismo como fator que permite ao indivíduo usufruir da propriedade privada da forma que quiser, sem haver interferência de terceiros..

Como a Pnud defende que Direitos Humanos é a ampliação das liberdades das pessoas. Autores como Hayek afirmam que a propriedade privada tem como característica a ampliação dessas liberdades. Os índices de desenvolvimento econômicos, que são indicadores para desenvolvimento humano, levam em conta fatores econômicos, então podemos afirmar que, segundo o pensamento Liberal, a propriedade privada é fomentadora do desenvolvimento humano, pois a mesma possibilita o aumento das liberdades das pessoas, o acúmulo de capital, que ocasiona a criação de empresas e conseqüentemente empregos. Esses empregos dignificam a vida dos homens e possibilitam alcançar um desenvolvimento humano. No entanto percebe-se que há pouca preocupação com a qualidade do trabalho que o homem executa, daí cria-se um paradigma, como liberdade, o desenvolvimento econômico e o direito a propriedade privada torna o homem livre, se o trabalho não é motivo de preocupação.

3.2 Crítica ao modelo Burguês de sociedade como engrenagem base para o desenvolvimento humano, e o modelo cooperativista como solução para a qualidade do trabalho.

O sistema capitalista, segundo a classe burguesa, se transforma em uma engrenagem para desenvolvimento humano e econômico, o acúmulo de capital propicia a criação de empresas e conseqüentemente emprego e renda, tornando assim o homem um ser mais desenvolvido e dotado de maior qualidade de vida. Porém o que se percebe na prática é bem diferente, o homem acaba por ser um “escravo moderno” do sistema capitalista. O mesmo é submetido a

uma exploração, física e mental, torna alienado e com uma falsa sensação de prazer. liberalista idealizam uma sociedade de Ascensão social, no entanto na pratica é bem diferente.

Diante da situação da classe trabalhadora, muitos pensadores passam a critica a forma como a sociedade capitalista trata o homem, e como as coisas criam produzidas pelas industrias alienam as pessoas. Segundo Lima et al os socialistas passaram a atacar os princípios de ideais liberal, consideram que esta era seria uma forma ou fase temporária na luta do homem com o seu meio para garantir sua sobrevivência.

Codó (1986) afirma que o sistema capitalista torna o homem alienado, esses são submetidos a intensa exploração por parte dos proprietários dos bens de produção, não compreende a totalização do processo produtivo, e muitas vezes não são passíveis de adquirirem o que produziram, visto que o seu poder aquisitivo fica bem abaixo do valor cobrado pelo o que ele fabrica. A alienação provem do capitalismo, da necessidade de ampliar os lucros cada vez mais e isso acontece porque a posse dos bens de produção é individual enquanto o trabalho é coletivo. Como afirma Codó (1986,p 39) “estamos portanto, perante a contradição central do capitalismo e estamos perante o processo de produção do lucro, é a alienação do homem em relação ao que ele produz.” A alienação é um processo que dilacera a relação entre aquele que produz e aquilo que é produzido, ou seja, quem produz possui o conhecimento fragmentado, uma vez que ele usa o conhecimento para dar forma a algo, mas não faz por completo. Para que o sistema continue girando entra em cena a figura do marketing, tornando o homem ainda mais alienado mediante a dinâmica do capitalismo, através de propaganda que opera milagre, escondendo a escravidão do consumo e apresentando-a como exercício de liberdade, é isso que contribui para a permanência do sistema capitalista, pois busca aumentar a produtividade constantemente e não atende as necessidades do mercado , pois só é possível produzir lucro e o sistema continuar girando enquanto houve necessidade do produto.

Segundo Carcanholo (2011) o produto por si, possui um valor que pode ser um valor de troca ou um valor de uso. O valor de troca de uma determinada mercadoria é a proporção de troca que ela realmente estabelece com outra mercadoria qualquer. Na sociedade mercantil algo desenvolvida e obviamente, no capitalismo, o valor de troca entre duas mercadorias é normalmente intermediado pelo dinheiro. O valor é uma propriedade de uma característica intrínseca a cada mercadoria, propriedade essa que é social, não natural, e que consiste no poder de compra, no poder de atração que possui essa mercadoria sobre as demais e que permite que ela tenha aqueles valores de troca determinados e não outros menores ou maiores. O valor é poder de compra, o valor de troca é a compra efetivada ou pelo menos imaginada, com magnitude das mercadorias envolvidas.

Para Carcanholo (2011) a teoria dialética do valor- trabalho é uma teoria da riqueza capitalista e dos preços. Para ela a mercadoria é a célula da riqueza nesse tipo de sociedade e conjunto das mercadorias existentes constitui a riqueza disponível. De fato o dinheiro, que hoje aparece desmaterializado e que se apresenta aos nosso olhos como a própria riqueza nada mais é que um título com poder de comprar mercadorias e por isso se apresenta aos nosso olhos como riqueza. No entanto a continuidade da análise revelará que o valor não é o seu poder de compra; esse poder real, embora conformado fundamentalmente pela riqueza que ela representa, encontra-se alterado por certas determinações.

Se denominarmos poder de compra original aquele fixado diretamente pela magnitude do valor da mercadoria, podemos dizer que, na verdade, o real poder de compra normalmente se situará em um nível superior ou inferior, dependendo da mercadoria, de maneira que aqueles com poder inferior em relação ao original compensam as que possuem poder superior. As diferenças entre o poder original e o real existem em razão de determinações estruturais do sistema capitalista e são explicadas pela teoria. Por outra parte, no dia a dia, o poder efetivo de

compra de uma mercadoria flutua em torno do poder real e essas flutuações são resultado de determinações secundárias e conjunturais e caracterizam o que na verdade é o seu preço de mercado. Para Marx (1983) os valores de troca e em particular o preço de uma mercadoria determina-se pela oferta e a demanda.

Para Rosdolsky(2001) apud Carcanholo (2011), no fetichismo da mercadoria e a criação do dinheiro são dois aspectos diferente de uma mesma realidade. O fenômeno do fetichismo da mercadoria relaciona-se estreitamente com a criação do dinheiro. Nesse caso, os poderes são sociais, é a própria sociedade que os confere. O ser humano passa a ser escravo do produto de suas próprias mãos.

Carcanholo (2011) afirma ainda que nós na sociedade moderna atual, avançada, desenvolvida, do capitalismo globalizado, somos todos seus escravos, e mais extraordinário de tudo é que, apesar disso, acreditamos que, com o funcionamento do mercado capitalista, nos estar garantida a liberdade. Sentimo-nos livres. E parece que somos, mais do que em qualquer sociedade anterior. O fetiche-deus, no mundo capitalista é o dinheiro, vivemos numa religião politeísta e o dinheiro é um deus entre os grandes. Outros existem: a mercadoria, a tecnologia, o mercado, o capital, a competitividade, a empregabilidade etc. Muitos são eles, mas os três maiores são: a mercadoria, o dinheiro e o capital. Que o dinheiro e o capital sejam os deuses do nosso tempo, não é difícil perceber. A eles nos submetemos, nossas vidas e nossa morte depende deles. Trabalhamos, estudamos, despertamos pela manhã, brincamos, nos vestimos de um jeito ou de outro, tudo em função do dinheiro ou do capital. O capital, compra, vende, empresta, desemprega, paga, faz os preços subirem ou baixarem, provoca crises, destrói nações, mata de fome, confia ou fica preocupado, desconfia, elege ou destitui presidentes. Mais do que tudo isso, ele elege, por si mesmo, mais riqueza, lucro, mais capital. O capital é o nosso fetiche-deus- fantasma todo poderoso.

É verdade que o dinheiro na sociedade atual, pelo menos nas suas funções de poder de compra ou de pagamento, é uma realidade completamente desmaterializada, mas isso, é resultado de um longo processo de desenvolvimento.

As relações sociais aparecem reificadas, coisificadas, e essa coisificação ocorre por meio das mercadorias, dos produtos do trabalho humano. É apenas a relação social determinada entre os próprios homens que toma aqui para eles a forma fantasmagórica de uma relação de coisa. Nesse sentido, Kosik (1995) apud Carcanholo (2011) afirma:

O movimento social das coisas, que mascara as relações sociais dos homens, e dos seus produtos, é uma determinada forma da economia historicamente transitória. Enquanto existe a forma histórica da economia, ou seja, enquanto a forma social do trabalho cria valor de troca, existe também a mistificação real, prosaica, pela qual determinadas relações nas quais entram os indivíduos no curso do processo produtivo da sua vida social se mostra sob um aspecto subvertido, como qualidades sociais das coisas (KOSIK, 1995, p. 192).

Isso significa que as mercadorias, os produtos do trabalho humano, na sociedade capitalista aparece como coisa que se relacionam entre si e relacionam umas com as outras por meio do mercado. Elas relacionam-se entre si e se relacionam com os seres humanos. Elas adquiriram poder de relacionar-se, poder esta que, que fora da relação mercantil, não possuíam. É justamente o fato de os seres humanos terem se organizados socialmente de maneira mercantil que permite que seus produtos passem a relacionar-se entre si e com os homens por meio do mercado. A mercadoria já é então, um fetiche, e os homens estão subordinados a ela por meio do mercado. Essa subordinação é cada vez maior: quanto mais desenvolvido for o mercado, quanto mais dependentes forem os produtores da existência das relações mercantis.

O fetiche e a alienação estão intimamente relacionados. A alienação dentro da sociedade capitalista é a contraparte, nos seres humanos, do fetichismo da mercadoria, do dinheiro e do capital. Os seres humanos seriam alienados por estarem submetidos, em todas as dimensões de sua vida, ao fetiche capital, violentando dessa maneira a própria essência da natureza humana. Vítimas da alienação são todos os indivíduos que vivem na sociedade capitalista, não importa qual a classe que pertença. Sem dúvida, trabalhadores e empresários são escravos do fetiche.

Com advento do pensamento liberal surgem muitas organizações nas mãos de uma só pessoa tendo todo o controle sobre o capital e a vidas das pessoas. O sistema manufatureiro permitiu o aumento da produção, mas como é o operário quem realiza o trabalho, o capitalista fica na dependência de sua capacidade física, que possui limites. Uma forma de aumentar os lucros seria a utilização de instrumentos que possibilitassem o aumento da produção num mesmo período de tempo. Marx (1987) apud LIMA (2005), sobre esta questão, explica que:

A máquina da qual parte a revolução industrial substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que ao mesmo tempo opera com certo número de ferramentas idênticas ou semelhantes àquela, e é acionado por uma única força motriz, qualquer que seja sua forma. Temos então a máquina, mas ainda como elemento simples da produção mecanizada.(MARX, 1987, p.429)

Os filósofos alemães Karl Marx e Friedrich Engels é tidos como um dos percussores das formulações teóricas e doutrinarias do comunismo, a obra “O manifesto do Partido Comunista” da início ao surgimento dessas corrente política. Marx e Engels são contra a propriedade privada e por isso defendem sua abolição e por consequência a orientação por uma economia de planeada.

Diante dessa crítica ao modelo capitalista de produção, varias correntes socialistas e comunistas passam a defender a criação de uma instituição que permitisse com que a classe trabalhadora pudesse trabalhar em conjunto, e assim melhorar suas condições de vida e trabalho. O cooperativismo surge dentro do socialismo, como uma forma de organização política e social em que as coisas são divididas de forma igualitária entre todos. O sistema socialista defende o fim da propriedade privada dos meios de produção, que se haja um controle do Estado pala classe trabalhadora e assim possa existir uma divisão de renda, que no caso no liberalismo econômico não é possível, proporcionado a todos um modo de vida mais justo.

No início do Século XIX, tendo em vista as dificuldades e sofrimento que a classe trabalhadora passava naquela época muitos, uma classe de socialista começa a nascer. Conhecidos como socialistas utópicos o Inglês Robert Owen e os franceses Charles Fourier e o conde Saint-Simon, passam a afirma que o industrialismo seria a principal causa das dificuldades que a classe trabalhadora passava na época, os mesmos passam a defender e apresentar varias propostas que visão criar comunidades que tenham condições econômicas e sociais ideais, com isso Owen e os seguidores de Fourier criaram cooperativas que existiriam por pouco tempo.

François Marie Charles Fourier defende as liberdades individuais, organização dos trabalhadores, combate ao lucro e as varias formas de concorrência. Pinto (2009) afirma que para Fourier deveria haver uma repartição do trabalho, cada associado recebe um numero determinado de ação que seria proporcional ao capital, a terra, a força de trabalho, ou seja o resultado dessas ação se faria de três formas: primeiro o capital e a terra, segundo o trabalho e por ultimo o talento ou a capacidade individual. Fourier defende o fim do salário cada proletário ou associado receberia os seus dividendos, tendo como base o capital investido e o salario. Afirmava que a solução para os problemas econômicos e sociais seria por meio da

criação de associações de pessoas em grupos, Cooperativas, que ele deu o nome de “Falanges” que viviam em propriedades conhecidas como “falanstérios”. Defendia o trabalho no campo e a redução ao máximo das atividades nas oficinas e escritórios.

O Paul Singer, trata-se outro socialista que defende o modelo cooperativista, Segundo Pandeló (2010) ele faz uma crítica aos movimentos operários de inspiração marxistas pelo fato dos mesmos terem adotado “...a tese de que a revolução social socialista seria consumada mediante uma única revolução política e que a efetiva construção do socialismo só começaria a partir desta revolução consubstanciada na “tomada do poder”... ainda de acordo com Pandeló (2010) na sua Obra Economia Socialista, Singer Propõe seu conceito de socialismo autogestivos ou novo cooperativismo, defende que a luta pelo socialismo deve ser travada no presente dentro do capitalismo e não ser adiado para um futuro imaginário, ou seja depois da tomada do poder por parte da classe operaria, deveria haver uma luta contra a pobreza e o desemprego mediante a constituição de cooperativas e outras formas de produção, sendo essa seria uma das mais importante lutas pelo socialismo. O mesmo rompe com Marx em relação a tomada de poder, ele é contra a necessidade de uma revolução violenta como forma de conquistar o poder político pelo proletariado, como a única forma de destruir os instrumento repressivos do Estado burguês, fazendo que com que a classe trabalhadora chegasse ao poder.

Para a OCESEC (2003, p. 6) cooperativismo é “um sistema em movimento, ou melhor, como uma atitude ou disposição, que considera as cooperativas a forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas da humanidade”.

Klaes (2006) define as cooperativas como associações de pessoas que trabalham em cooperação, a fim de contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Cooperação pode ser entendido como o ato de trabalhar coletivamente com demais pessoas na busca por um objetivo comum. E cooperação é o método de ação pelo qual as pessoas constituem um empreendimento, onde os direitos de todos são iguais e a sobra dos lucros é repartida entre os associados de acordo com sua participação na sociedade. (KLAES, 2006).

Klaes (2006) conceitua associado, cooperado ou sócio cooperado, como aquele que é trabalhador rural ou urbano, que seja profissional de qualquer atividade socioeconômica, o mesmo deve se associar a cooperativa e assim participar ativamente da mesma, deve assumir responsabilidade, direitos e deveres que lhes são intrínsecos, o seus capital deve se integralizar e ser de acordo com o estatuto social da cooperativa.

Cruzio (2005) conceitua cooperativa como a “união de trabalhadores ou profissionais diversos, que se associam por iniciativa própria, sendo livre o ingresso de pessoas, desde que os interesses individuais em produzir, comercializar ou prestar um serviço não sejam conflitantes com os objetivos gerais da cooperativa”

O cooperativismo possibilita o desenvolvimento social e econômico de pequenos produtores rurais. Possibilita com que os mesmos possam se unir afim de maximizarem a produção e conseguirem melhores preços. Perez (1990) defende que a organização de pequenos produtores rurais faz com que estes reúnam possibilidades de reter, em maiores proporções, a renda gerada em suas unidades de produção, resultando assim numa melhoria de sua capacidade produtiva e das condições de vida.

Bialoskorski Neto e Balieiro (2000) afirmam que por meio do associativismo e o cooperativismo promovem o desenvolvimento dos pequenos produtores rurais, assim os mesmos podem permanecer no campo, essas instituições contemplando as dimensões econômica, social e humana.

É imprescindível estudar cooperativismo e não se falar em economia solidária, pois ao se aglutinar em grupo e formar uma cooperativa, significa trabalhar de forma solidária. Singer é um dos principais defensores da economia solidária, afirma que para trabalhar de forma solidária é preciso o comprometimento de todos, e a mesma surgiu quando os trabalhadores buscavam outras alternativas de trabalho fugindo do capitalismo. Segundo SINGER (2002 p,10) “ a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual”.

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecida a base do capitalismo. [...] O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. (SINGER, 2002, p. 83).

A organização internacional do Trabalho (OIT), em um documento divulgado em 2002 com o nome de recomendações N° 193, Reconhecem as Cooperativas como uma importante instituição que desempenha um papel no desenvolvimento econômico e social das nações, destacando a colaboração da mesma para o desenvolvimento humano sustentável, destaca ainda a importância da mesma no combate a exclusão social, durante o texto a OIT recomenda que todos os governos adotem políticas de incentivo a criação de cooperativas.

Percebe-se que o sistema cooperativista possui ferramentas que influencia e leva ao desenvolvimento humano. O surgimento dessa filosofia de trabalho para de uma crítica ao sistema de produção capitalista, que foi visto torna o homem alienado e o produto que o mesmo produz possui um valor de troca e um valor de uso, percebe-se também que a mercadoria é responsável pela riqueza da sociedade isto porque nela existe trabalho empenhado e mercadoria gera dinheiro, isso significa que existe uma relação entre mercadoria e a sociedade e se relaciona uma com as outras por meio do mercado, portanto, quanto mais desenvolvido for o mercado, mais dependente ficará a sociedade desta relação mercantil, conseqüentemente mais alienado ficará o homem ao sistema capitalista por não ser capaz de usufruir de maneira justa dos produtos produzidos com seu próprio trabalho. As cooperativas diferente das empresas privadas possui tem como ênfase o desenvolvimento econômico e social da classe trabalhadora. A mesma é gerida pelos operários, o resultado do que é produzido é dividido de forma igual entre todos, sem distinção, o único fator que muitas vezes pode influenciar é o trabalho que cada cooperado incorporou na produção de algo. A mesma não possui objetivos lucrativos, o principal objetivo é o desenvolvimento social e econômico dos trabalhadores e da sociedade no qual a mesma esta inserida, ou seja, conclui que seu objetivo principal é o desenvolvimento humano.

4 CONCLUSÃO

Durante todo o artigo procurou elucidar o que é desenvolvimento humano e quais fatores que possibilitam a garantia do mesmo. Percebe-se que o trabalho se encontra como ferramenta primordial para o alcance do desenvolvimento humano. Em virtude dos fatos apresentados, conclui-se que desenvolvimento humano estar inteiramente ligado ao modo de vida de uma sociedade, somente o acesso ao trabalho descente pode converter o crescimento econômico em desenvolvimento humano. Os pensadores liberais defendem o modo de produção capitalista como engrenagem base para o desenvolvimento, porém percebe-se pouca

preocupação com o trabalho individual das pessoas, e sim com acúmulo de riqueza individual, por outro lado as cooperativas sim, tem como foco o ser humano e o desenvolvimento comum do mesmo, então o desenvolvimento humano esta mais presente nessa instituição.

Na visão liberal a propriedade privada permite criar fatores que levam ao desenvolvimento econômico e a liberdade individual, por este fato uma sociedade capitalista apresenta fatores, como o acúmulo de capital, que possibilitam o desenvolvimento econômico alcance da liberdade das pessoas e bem estar social. Teóricos Liberais como Bresser-Pereira, afirmam que desenvolvimento econômico e humanos são sinônimos, os índices que são utilizados pela PNUD para pesquisar o desenvolvimento humanos provam isso, eles levam em conta fatores econômicos. Uma organização capitalista que possui altos índices de acúmulo de capital possibilita seus habitantes maior grau de desenvolvimento humano, o aumento da produtividade permite levar a um aumento do salário, que tem como consequência a melhora do padrão médio de vida das pessoas. Autores como Hayek veem a propriedade como garantidores da liberdades humana, Constant enfatiza ainda que o direito usufruir da propriedade como quiser, ter liberdade para professar o que deseja, são algumas das garantias essenciais que o liberalismo econômico possibilita, ou seja, numa sociedade liberal, capitalista, o ser humano é livre para fazer o que quiser, não contrapor as leis pré-estabelecidas, além do mais o ambiente liberal possibilita a criação de condições que levam ao desenvolvimento humano, a melhoria da qualidade de vida por intermédio da renda. Porém percebe-se o movimento liberal não se preocupa com a qualidade do trabalho que é exercida na propriedade privada, além do mais o acúmulo de capital cria uma sociedade desigual onde poucos tem muito e muitos tem pouco, a partir disso surge um dilema, onde esta o desenvolvimento humano, se a classe trabalhadora, que é predominante, esta sendo maltratada nas empresas e é refém a um modelo econômico que liberal que aliena e cria valores para as mercadorias.

Diante dessa critica a instituição cooperativa surge como alternativa para que os trabalhadores possam se unir, melhora seu trabalho e assim alcançar desenvolvimento econômico e social. A mesma não possuem fins lucrativos, e sim a busca pelo desenvolvimento da sociedade no qual esta inserida e dos seus cooperados. O importante não é o lucro e sim o bem estar dos seus membros e participantes. A forma solidaria como é gerida as cooperativas apresenta-se de forma fundamental para a classe trabalhadora.

Por fim, percebe-se as cooperativas permitem o alcance de um maior desenvolvimento humano se for comprada com a empresa privada. Não há duvida que desenvolvimento econômico e humanos estão inter-relacionados, porém, diferente do que afirma alguns autores como Bresser-Pereira, numa sociedade em que há um alto índice de acúmulo de riqueza o que existe é uma desigualdade social. As empresas privadas permite o desenvolvimento econômico apenas das classes mais favorecida, a classe operaria é refém a demandas e pouco desenvolvimento econômico, o salário se torna uma mascara do verdadeiro modelo de produção. No entanto numa cooperativa tudo o que é produzido é repartido de maneira igual sem distinção, o que vale é o resultado do trabalho que cada um cooperado incorporou, além disso a cooperativa se preocupa apenas com desenvolvimento econômico e social, dos seus cooperados, mas também da comunidade no qual a mesma esta inserida, fato que não pode ser observado em muitas empresas privadas. Por isso a instituição cooperativa tem o poder desenvolver não só seus membros, mas também todos aqueles que estão ao seu redor, o lucro não é importante, mas sim o desenvolvimento econômico e social de todos, ou seja, o desenvolvimento humano dos colaboradores e da comunidade.

REFERÊNCIAS

- ATLAS, do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 – **O índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013– Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2014.
- BIALOSKORSKI NETO, S. **Governança e Perspectivas do Cooperativismo**. I Workshop Internacional de Tendências do Cooperativismo, Ribeirão Preto, FEARP, 1998.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Disponível em:<<http://www.bresserpereira.org.br>. > Acesso em: 14 de out. de 2014.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento econômico e revolução capitalista. Disponível em:<<http://www.bresserpereira.org.br>. > Acesso em: 16 de out. de 2014.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito Histórico de desenvolvimento Econômico. Disponível em:<<http://www.bresserpereira.org.br>. > Acesso em: 16 de out. de 2014.
- CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência**. 1ed. São Paulo. Expressão popular, 2011, 176p.
- CEPAL/PNUD/OIT. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: CEPAL/ PNUD/OIT, 2008. 176p
- CODÓ, Wanderley. **O que é alienação**. 2 ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1985.
- CRUZIO, Helton de Oliveira. Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego. Rio de Janeiro: Editora FGV. 4º ed., 2005. p.156.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade** . Trad. de Luciana Carli. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- GHELERE, Gabriela Doll. **A liberdade individual para Benjamin Constant**. São Paulo: USPI, 2008.
- KLAES, Luiz Salgado. Introdução ao Cooperativismo. Palhoça: Unisul Virtual, 2006.
- KOSIC, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- LIMA, Michelle Fernandes; WIHBY, Alessandra; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. **Liberalismo Clássico: origens históricas e fundamentos básicos**. Disponível em: <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br>>. Acesso em: 25 outubro 2014..
- LIMA, Michelle Fernandes. **Roque Spencer Maciel De Barros: Pensamento e Intervenção na Reforma Universitária De 1968**. 2005, 130f(Dissertação de Mestrado)-Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Paraná.2005.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 7. ed., v. 1. São Paulo:DIFEL, 1982.
MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **John Locke e o individualismo liberal**.In: **WEFFORT, Francisco C.. (org.) Os Clássicos da Política**. São Paulo, Editora Ática, 2004, vol. 1.

MELNIK, Stefan. **Liberdade e Propriedade**. São Paulo: Instituto Friedrich Naumann, dezembro 2009, 38 p. Disponível em:<http://ffn-brasil.org.br/novo/PDF-ex/Publicacoes/Liberdade_Propriedade-Stefan_Melnik.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2014.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Recomendação nº 193 sobre a Promoção de Cooperativas de 03 de junho de 2002**. Disponível em:<<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/cooperativas.pdf>> Acesso em 25 de outubro de 2014.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em:<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf> Acesso em 20 de outubro de 2014.

PANDELO, Fernando Rodrigues. **Socialismo, Cooperativismo e Economia Solidária no pensamento de Paul Singer**. 2010 (Dissertação de mestrado) Pontifícia Universidade Católica – PUC, 2010, 155p.

PEREZ, L. H.,, **Formas de organização de pequenos produtores rurais no Estado de São Paulo**. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v.37, n.2, 1990.

PINTO, F. C. . **Uma História do Cooperativismo sob a Perspectiva Utópica**. Revista de Administração e Contabilidade da FAT - ReAC, v. 1, p. 65-79, 2009.

PNUD, Programa Das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em:<<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano 2014. **A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 15 Agosto 2015.

PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano 2014. **Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 01 janeiro. 2015.

POWIDAYKO, Nicolas. **Traduzindo Crescimento Econômico em Desenvolvimento Humano: Perspectivas Teóricas e o Caso da Coréia do Sul**. Brasília: Art Letras, 2012, 74p.

SANTOS, A.C.L. dos. **Cooperativismo: entre o princípios teóricos e o desenvolvimento viável, um estudo de caso**. 1988. Dissertação (mestrado em desenvolvimento e meio ambiente. Universidade Federal do Ceara, Fortaleza. 1998.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SINGER, P., & MACHADO, J. (2000). **Economia socialista**. São Paulo: Perseu Abramo.

SILVERA, Juliano. **Desenvolvimento Humano, Responsabilidade Social e Educação No Capitalismo: Investigando o Programa “Educação Pelo Esporte” do Instituto Ayrton Senna**. Florianópolis. UFSC. 2007. Disponível em:< <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90374/237992.pdf?sequence=1>> Acesso em: 15 de set. de 2014.

STEWART, Donald Jr. **O que é o liberalismo**. 5º edição, Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1995.

UE, Parlamento Europeu. **Compreender as políticas da união europeia: Justiça, cidadania e direitos fundamentais**. Bruxelas. Comissão Europeia,2013. Disponível em:<http://europa.eu/pol/pdf/flipbook/pt/justice_pt.pdf. > Acesso em: 15 de out. de 2014

UE, União Europeia. **Relatório anual da EU sobre os direitos humanos e a democracia em 2012**. Bruxelas, 13 de maio de 2013. 189p.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
() Monografia
(X) Artigo

Eu, Mauro Igildo da Silva Oliveira e Sebastião de S. Gels,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
COOPERATIVISMO E EMPRESA PRIVADA, fatores que
influenciam e levam ao desenvolvimento humano
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 07 de Março de 20 16.

Mauro Igildo da Silva Oliveira
Assinatura

Sebastião de S. Gels
Assinatura